



Ata da 6ª (sexta) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 16 (dezesesseis) de Março de 2026 (dois mil e vinte e seis), 2ª (segunda) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezesete) horas do dia 16 (dezesesseis) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Tia Janne. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Professora Ana Maria; Sérgio Morato e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Ofício nº 050/2026, do Poder Executivo, em resposta ao requerimento nº 006/2026, encaminhado pelo Ofício nº 014/2026/GP; Item 2: Ofício nº 051/2026, do Poder Executivo, em resposta ao requerimento nº 008/2026, encaminhado pelo Ofício nº 014/2026/GP; Item 3: Ofício nº 052/2026, do Poder Executivo, em resposta ao requerimento nº 009/2026, encaminhado pelo Ofício nº 014/2026/GP; Item 4: Ofício nº 021/2026, da Presidência da Câmara Municipal de Altaneira, referente a Comunicação sobre Decisão e concessão de prazo para apresentação de defesa escrita no Processo Administrativo nº 001/2026. Após a leitura desse último item, o Presidente Professor Deza Soares informou que a matéria foi devidamente comunicada ao vereador Júnior do Povo e publicada no Diário Oficial. Esclareceu que o processo seguiu todos os trâmites legais, destacando que houve uma análise criteriosa de todo o procedimento, o que justificou a demora em sua conclusão. Ressaltou que a decisão adotada pela Presidência da Casa foi tomada em conformidade com o Regimento Interno e com base nos autos do processo, tratando-se de iniciativa do vereador Paulo Robson. Por fim, enfatizou que a deliberação não teve caráter político ou pessoal, mas sim estritamente regimental, amparada nos dispositivos legais aplicáveis. Pela ordem, o vereador Paulo Robson cumprimentou o Presidente pela decisão, considerando-a correta. Observou que houve certa demora, mas reconheceu que isso se deu pela necessidade de um respaldo jurídico adequado. Parabenizou a assessoria jurídica pelo trabalho realizado e destacou que a decisão não teve caráter pessoal ou político, mas foi baseada no Regimento da Casa. Afirmou que sempre buscou exercer suas funções com responsabilidade, nesse caso específico, como Presidente da Comissão Permanente, com o objetivo de garantir o bom andamento dos trabalhos e atender à população. Ressaltou ainda que atrasos na emissão de pareceres têm prejudicado as votações, ocasionando o trancamento da pauta. Por fim, manifestou expectativa de que, com a substituição a ser realizada, os trabalhos da Comissão Permanente tenham mais agilidade, contribuindo para o melhor funcionamento da Câmara. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo afirmou que mantém o mesmo posicionamento já apresentado. Agradeceu ao Presidente pela condução do processo e destacou a importância da seriedade e do compromisso no exercício do mandato parlamentar. Assim, ressaltou que sempre procurou cumprir o que prometeu à população e exercer suas funções com responsabilidade. Mencionou que, na gestão anterior, não enfrentava dificuldades relacionadas à atuação na Comissão Permanente. Afirmou ainda que entende estar sendo alvo de perseguição política, relatando que foi transferido de sua função no Hospital Municipal para um ponto de apoio no Sítio Tabuleiro, situação que questionou judicialmente, obtendo decisões favoráveis em primeira e segunda instâncias. Segundo o vereador, essa situação tem interferido em sua atuação na Câmara, especialmente em relação aos horários de escala para plantões e horários para estar presente na Casa nas segundas e sextas-feiras, acrescentando que as vezes precisa pagar um substituto ou trocar seu plantão para comparecer na Câmara. Encerrou declarando que aceita a decisão tomada, reafirmando seu compromisso com o mandato e com suas responsabilidades como



parlamentar. Pela ordem, o vereador Paulo Geaneo informou que já integra a Comissão Permanente há alguns anos, incluindo quatro anos na gestão passada, e mais de um ano nessa gestão. Ressaltou que o funcionamento da Comissão exige diálogo entre os membros, o que, segundo ele, não tem ocorrido de forma adequada, afirmando que a oposição tem sido "massacrada". Relatou que, na semana passada, o vereador Paulo Robson não compareceu à reunião da Comissão, mas, ainda assim, nesta semana a reunião foi realizada com sua participação e do vereador Nonato. Destacou que as matérias votadas nas sessões de segunda-feira são discutidas nas reuniões de sexta-feira, enfatizando a importância de reuniões proveitosas. Afirmou que o relator que assumir a função deverá ter diálogo e equilíbrio e, ao final, manifestou a expectativa de que haja mudanças na condução dos trabalhos, para que todos possam contribuir com o desenvolvimento do município de Altaneira. O Presidente Professor Deza Soares acompanhou a fala do vereador Paulo Geaneo, destacando que é necessário haver diálogo, entendimento e boa comunicação na Comissão Permanente. Se dirigindo ao vereador Júnior do Povo, esclareceu que a decisão tomada não se deu por iniciativa isolada, mas a partir de elementos encontrados na denúncia apresentada pelo vereador Paulo Robson. Ressaltou que a Presidência não pode se omitir diante dos fatos e deve agir conforme suas atribuições. Afirmou ainda que não há, nem houve, qualquer tipo de perseguição por parte da Presidência contra parlamentares, assessores ou servidores, destacando que as medidas adotadas fazem parte de sua função institucional. Reforçou que a decisão não foi imediata, pois aguardou a possibilidade de que a Comissão Permanente resolvesse a situação internamente, o que não ocorreu. Diante disso, considerou que não seria possível manter o funcionamento da Comissão da forma como estava, em razão das dificuldades na emissão de pareceres, o que vinha prejudicando os trabalhos legislativos. Por fim, ressaltou que a decisão foi tomada com base em análise jurídica, contando com o apoio de mais de um assessor, incluindo os advogados Timóteo e Victor, sendo, portanto, fundamentada nos fatos e nos pareceres técnicos. Encerrado esse tema, o Presidente solicitou a leitura do Ofício nº 003/2026, do Sindicato dos Servidores Municipais de Altaneira, referente a solicitação de pedido de vistas ao Projeto de Lei nº 005/2026. Após a leitura do ofício, o Presidente registrou que, na condição de parlamentar e de Presidente da Câmara, a medida mais adequada não seria apenas o pedido de vista, pois este não permite alterações na matéria, uma vez que se trata de matéria de ordem financeira. Esclareceu que o Legislativo não pode modificar o conteúdo do projeto, como, por exemplo, alterar percentuais, razão pela qual entende que a melhor solução seria a retirada da matéria para que o Executivo possa fazer as correções necessárias. Diante disso, solicitou ao líder do governo, vereador Paulo Robson, que avalie a possibilidade de articular a retirada do projeto, a fim de que seja ajustado e reenviado de forma correta. Encerrando, destacou que a simples manutenção do pedido de vista iria apenas trancar a pauta, sem resolver o problema, reforçando a necessidade de uma solução efetiva para a situação. O vereador Paulo Robson registrou que o Presidente foi claro em sua explicação e reforçou que não há medidas que os vereadores possam adotar para alterar a matéria, especialmente por se tratar de questão de ordem financeira. Informou que houve diálogo com a presidente do Sindicato, professora Lucena, a quem cumprimentou, destacando que ela também reconhece, com base na orientação jurídica, que o Legislativo não pode alterar esse tipo de proposta. Afirmou ainda que irá encaminhar o pedido da Presidência ao Governo, ressaltando que possivelmente a gestão já acompanha a sessão e poderá se manifestar sobre a retirada da matéria antes de sua apreciação. O Presidente esclareceu que, caso não haja entendimento para a retirada da matéria, poderá ser adotado o pedido de vista, a fim de permitir que, durante a semana, sejam realizadas as negociações necessárias. Ressaltou, contudo, que a solução mais adequada para o problema seria a retirada do projeto. Pela ordem, o vereador Professor Nonato registrou que, por se tratar de matéria com pedido de urgência, entende que deve ser apreciada inicialmente a retirada desse pedido, conforme prevê o Regimento. Destacou que o líder do governo tem a prerrogativa de solicitar pedido de vista, possibilitando que a gestão se manifeste sobre a eventual retirada do projeto. Ressaltou que, por ser uma matéria de iniciativa do Executivo, cabe à prefeita a decisão final, havendo, segundo ele, maior possibilidade de diálogo interno no âmbito da gestão. Reforçou que o Legislativo não pode alterar matérias de natureza



financeira, por questão de legalidade. No entanto, criticou a falta de diálogo da gestão com o sindicato e os servidores, mencionando que, segundo informações, a prefeita não abriu espaço na sua agenda para receber o Sindicato, ainda que estivesse presente na Prefeitura quando foi procurada. Afirmou que, caso houvesse interesse da gestão, a solução seria simples, com a retirada do projeto e a abertura de diálogo para ajustes necessários. Por fim, declarou que, caso a matéria entre em votação, irá se posicionar, ressaltando que a decisão sobre possíveis alterações compete exclusivamente ao Executivo. Após, o vereador Paulo Robson informou já ter obtido resposta do Governo. Registrou que há diálogo frequente entre os vereadores da base com a gestão e que a questão do reajuste já foi amplamente discutida. Explicou que, embora exista a compreensão de que poderia haver reajuste acima do mínimo, como ocorreu em outras situações, a equipe financeira e contábil orientou que o percentual fosse limitado à inflação medida pelo IPCA, a fim de evitar dificuldades no cumprimento das metas fiscais e possíveis sanções. Destacou que a matéria já tramita na Casa há mais de 21 (vinte e um) dias, sendo de conhecimento público, e que a apresentação do ofício na sessão acabou gerando desconforto desnecessário. Por tudo isso, informou que, segundo o Governo, não há intenção de retirar o projeto, devendo a matéria ser votada, aprovada ou rejeitada, ou, se for o caso, receber pedido de vista por parte de algum parlamentar. Ademais, ressaltou que, como relator da matéria, já emitiu parecer favorável com base nas discussões realizadas com a gestão e suas equipes técnicas, afirmando que não considera adequado solicitar pedido de vista após já ter apresentado seu parecer, por entender que isso seria contraditório. O vereador Júnior do Povo registrou que, mesmo fazendo parte da oposição, continua defendendo o diálogo. Destacou que o reajuste proposto para os servidores que ganham acima do salário mínimo é inferior ao concedido ao salário mínimo, o que, segundo ele, pode levar à equiparação dos vencimentos, situação que considera inadequada. Afirmou que a prefeita não tem aberto espaço para diálogo com o sindicato que representa os servidores, representa, do seu ponto de vista, falta de interesse em dialogar com os servidores, ressaltando que o sindicato busca apenas a abertura de conversa para tratar do tema. Mencionou uma dívida milionária relacionada à festa de outubro e comparou com a Câmara Municipal, registrando que houve concessão de reajuste maior aos servidores do Legislativo – 7% (sete por cento) –, enquanto o Executivo propõe percentual menor – 4,26 (quatro vírgula vinte e seis por cento) –. Questionou a ausência de reuniões com categorias e reforçou que, mesmo diante das justificativas apresentadas pela equipe econômica, seria importante a gestão dialogar e apresentar os dados aos servidores. Declarou que, diante da posição do Executivo de não retirar a matéria, o pedido de vista não resolveria a situação, por se tratar de projeto de competência exclusiva do Executivo, reafirmando sua posição em defesa dos servidores. Após a discussão, o Presidente informou que a matéria será discutida e votada na ordem do dia, esclarecendo que a discussão foi antecipada em razão da expectativa de que o projeto fosse retirado para correção. Destacou que, não havendo esse entendimento por parte do Governo, a matéria seguirá normalmente para deliberação, podendo receber pedido de vista por algum parlamentar ou ser levada à votação em plenário. Por fim, acrescentou que sempre foi contrário à política de reajuste em que servidores de níveis mais elevados recebem percentuais menores, o que pode levar à equiparação com aqueles que recebem salário mínimo, afirmando que esse não é um modelo adequado, independentemente do governo. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo solicitou providências em relação ao Requerimento nº 05/2026, de sua autoria, aprovado pela Casa, destinado ao Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Juventude, senhor Antônio Clécio. Informou que o requerimento foi recebido em 10 (dez) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis) e, até a presente data, não obteve resposta, mesmo após prazo superior a 15 (quinze) dias. Diante disso, alertou que, conforme o artigo 31 da Lei Orgânica Municipal, o não atendimento a pedidos de informação no prazo legal pode configurar crime de responsabilidade, bem como o envio de informações falsas. Solicitou, portanto, que a Presidência adote as medidas cabíveis para reforçar a cobrança de resposta ao referido requerimento. O vereador também destacou que a Câmara aprovou orçamento significativo para a referida secretaria no exercício do corrente ano, ressaltando a importância da transparência na aplicação dos recursos públicos. Finalizou solicitando que a Presidência encaminhe formalmente a cobrança com base no



dispositivo legal mencionado. A Presidência autorizou a assessoria a providenciar o envio da solicitação. Seguindo para os registros da Presidência, o Presidente Professor Deza Soares registrou a pauta da sessão, mencionando as leituras realizadas no expediente e lembrando que haverá deliberação sobre importantes Projetos de Lei e Requerimentos sobre variadas temáticas. **TEMA LIVRE:** a vereadora Professora Ana Maria apresentou votos de pesar aos familiares de Mirinha e Marcos pelo falecimento de seu irmão, Sebastião Francelino Soares, manifestando solidariedade e desejando força e conforto a todos neste momento de dor. Registrou também sua participação nos festejos de São José, destacando presença na abertura, no dia 10 (dez) de março, quando acompanhou, como madrinha, o príncipe José Guilherme. Informou ainda que esteve presente no dia 14 (quatorze) de março, participando da Procissão das Marias, em homenagem às Marias do município. Parabenizou o padre Jefferson e os organizadores pela realização do evento, agradecendo pelo convite. Por fim, informou que também participará dos festejos na comunidade do Sítio Taboquinha nos dias 17 (dezesete) e 18 (dezoito) de março, a convite do vereador Zé de Zuza. O vereador Zé de Zuza também se solidarizou com os familiares pelo falecimento de Sebastião, destacando a amizade que mantinha com o mesmo e manifestando seu pesar a todos. Registrou ainda sua presença em evento realizado no município de Assaré, no sábado, onde esteve acompanhado de outros vereadores, da prefeita e de outras autoridades, incluindo representantes do Governo Estadual e Federal. Destacou que a ocasião contou com a inauguração de uma escola de grande porte, parabenizando o prefeito Libório pela iniciativa e pela realização da obra, registrando que, em breve, também teremos uma inauguração de escola desse porte no município altaneirense. Na oportunidade, convidou a população e os demais vereadores para participarem do encerramento dos festejos de São José, na comunidade do Sítio Taboquinha, informando que haverá programação festiva com apresentação musical. Informou também sobre a realização da procissão de São José na localidade, prevista para a manhã da quinta-feira. A vereadora Tia Janne externou votos de pesar aos familiares de Sebastião, irmão de seu amigo e compadre, Marcos, desejando conforto a todos neste momento de dor. Depois, parabenizou os aniversariantes desse mês, citando Sávio Soares e sua sobrinha, Kelly, a quem desejou saúde, paz e felicidades. Em seguida, destacou ações da gestão municipal, afirmando que, mesmo diante das dificuldades encontradas no início da administração, como salários atrasados e problemas na área da saúde, “a gestão não para” e tem demonstrado compromisso com o desenvolvimento do município. Ressaltou investimentos, geração de empregos e a organização da cidade. Mencionou ainda participação em entrevista na Rádio Tempo FM, ao lado da prefeita, onde foram anunciados R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em investimentos para o município. Também destacou avanços na área da saúde, com a ampliação do atendimento, especialmente voltado às comunidades quilombolas, por meio de recursos federais. Na área da educação, parabenizou todos os profissionais que integram à pasta e ressaltou a entrega de material didático de qualidade aos alunos, incluindo recursos adaptados para estudantes com deficiência visual, destacando a importância da inclusão. Mencionou ainda a realização de ações voltadas à capacitação em primeiros socorros nas escolas, lembrando que esse foi tema de um de seus primeiros projetos na Casa, ressaltando a importância do preparo de alunos e profissionais para situações de emergência. Em aparte, a vereadora Professora Ana Maria registrou que também apresentou, no início do ano anterior, requerimento solicitando a realização de treinamentos em primeiros socorros, destacando a importância da iniciativa e agradecendo pela execução, por se tratar de ação que contribui para salvar vidas. Retomando a fala, a Vereadora Tia Janne destacou a importância desses treinamentos nas escolas, enfatizando a preparação de professores, monitores e equipes para agir em situações de emergência com crianças, ressaltando que a iniciativa é resultado de esforço conjunto entre ela e a vereadora Professor Ana Maria. Informou ainda sua participação na inauguração de uma creche no município de Assaré, a convite do prefeito Libório, elogiando a gestão e a receptividade. Registrou a presença de autoridades, como o governador Elmano de Freitas, o ministro Camilo Santana, além de deputados estaduais e federais, incluindo o deputado federal Eunício que, segundo relatou, em conversa com a prefeita Késia, destinou emendas parlamentares no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) destinado



para ampliação das unidades básicas de saúde, além de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) do deputado Matheus Noronha e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) do deputado José Guimarães destinado para ser gasto na tenção primária, totalizando aproximadamente R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) em investimentos. Ressaltou que esses recursos demonstram o compromisso da gestão com a população e com a melhoria dos serviços públicos. Também registrou a entrega de equipamentos de proteção individual para a guarda municipal, destacando que a categoria aguardava há anos por essa conquista, e que os equipamentos irão proporcionar mais segurança no desempenho das funções e maior tranquilidade para a população. O vereador Paulo Robson saudou os presentes e ouvintes, destacando a presença da equipe de capoeira do grupo Arte e Tradição, liderada pelo mestre Edwilson, ressaltando o trabalho belo desenvolvido e a ótima representação do município em outras localidades. Assim como os oradores que lhe antecederam, manifestou votos de pesar à família de Sebastião, pelo seu falecimento. Depois, registrou como ponto positivo a participação de atletas de Altaneira em competição realizada em Farias Brito, no Sítio Quicuncá, destacando os resultados obtidos por Jonathan Cadeira, Arthur Lacerda e José Arthur, da equipe Corre Altaneira, com ênfase para Jonathan, que conquistou o primeiro lugar geral na prova de 6 (seis) km. Parabenizou o Governo Municipal pelo investimento na Guarda Civil Municipal, destacando a entrega de equipamentos e fardamentos, com investimento aproximado de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), incluindo itens como uniforme completo, colete tático, botas, spray de pimenta e outros equipamentos, além da previsão de novos materiais e viatura. Ressaltou que a medida representa valorização da categoria, lembrando que, desde o ano passado, tem-se buscado melhorias para a categoria. Em aparte, a vereadora Professora Ana Maria também destacou a entrega dos equipamentos à Guarda Municipal, ressaltando a satisfação dos profissionais, a importância da padronização e identificação para o fortalecimento da segurança pública e suas felicitações à gestão municipal por mais esse investimento. Retomando a fala, o vereador Paulo Robson fez esclarecimentos sobre sua atuação como Presidente da Comissão Permanente, afirmando que sempre buscou cumprir rigorosamente o Regimento Interno, especialmente quanto aos dias, horários e tolerância de atraso nas reuniões. Rejeitou a acusação de perseguição, afirmando que apenas seguiu as normas, e mencionou que foram registradas faltas, inclusive mais de cinco, entre consecutivas e alternadas. Afirmou que, mesmo tendo sido flexível em diversas ocasiões para alterar datas de reuniões por solicitações dos membros, foi acusado de falta de diálogo. Ressaltou que, em sua visão, na gestão passada havia maior permissividade quanto à liberação de servidores para se ausentarem de suas funções, o que, segundo ele, não deve ocorrer, destacando que o vereador deve se adequar às suas responsabilidades e ao funcionamento da Câmara, e não o contrário. Relatou ainda que, na semana passada, solicitou o cancelamento da reunião com antecedência, por meio de mensagem no grupo da Câmara, justificando a ausência de matéria urgente e a pauta trancada, mas não obteve resposta imediata. Informou que apenas no dia seguinte houve retorno, já com a confirmação da realização da reunião. Esclareceu que sua ausência ocorreu em razão de compromisso em Fortaleza, para atender seu filho em perícia médica, destacando que avisou previamente e tentou não prejudicar os trabalhos. Na sequência, o vereador Sérgio Morato realizou seus cumprimentos iniciais aos presentes e ouvintes. Em aparte, o vereador Paulo Robson reforçou que, mesmo tendo faltado à reunião, buscou agir com responsabilidade e respeito, comunicando previamente sua ausência e tentando evitar prejuízos aos trabalhos. Destacou que assumiu a função na Comissão Permanente por ter disponibilidade para cumprir suas obrigações, e não por estar alinhado à gestão ou por suposta facilidade de liberação de suas atividades. Ressaltou que sempre procurou organizar sua atuação de forma responsável, sem depender de permissões indevidas, e que sua ausência ocorreu por motivo justificável, relacionado a compromisso com seu filho. Reafirmou que, ainda assim, tentou não prejudicar os trabalhos da Comissão o que, de fato não ocorreu, haja vista que a reunião aconteceu e uma matéria foi deliberada. Reiterou que, se necessário, faltaria novamente, inclusive à uma sessão ordinária, pois, a sua prioridade é a sua família. De volta com a fala, o vereador Sérgio Morato manifestou compreensão em relação à ausência do Vereador Paulo Robson, destacando que, em situações envolvendo a família,



especialmente filhos, esta deve ser prioridade diante das demais obrigações. Em seguida, registrou as atividades realizadas ao longo da semana, informando que, na terça-feira, participou de palestra promovida pela Secretaria de Agricultura, em parceria com o Instituto Flor do Piqui, na qual foram abordados temas relevantes, dentre eles o Programa Nacional de Crédito Fundiário, ressaltando a importância da participação da população nesses eventos. Relatou que, na quarta-feira, realizou visitas de fiscalização, enfatizando que a função do parlamentar é fiscalizar, independentemente de posicionamento político, destacando que tal prática, segundo ele, não era comum na gestão anterior por parte dos parlamentares que compunham a base governista. Na quinta-feira, informou que esteve presente na Secretaria de Assistência Social, acompanhando a entrega de fardamentos e equipamentos à Guarda Civil Municipal, juntamente com as vereadoras Professora Ana Maria e Tia Janne. Destacou que, conforme relatos dos próprios guardas, havia mais de dez anos que a categoria não recebia equipamentos adequados, ressaltando a importância da ação realizada pela gestão municipal, com responsabilidade e planejamento, incluindo ainda a tentativa de viabilização de um veículo para a corporação. Na sexta-feira, registrou que teve a honra de apadrinhar o jovem Heitor durante os festejos de São José, expressando gratidão pelo convite. Já no sábado, informou que participou de atividade esportiva na comunidade da Taboquinha, no âmbito da Copa São José, destacando a vitória de sua equipe pelo placar de 3 a 1, além de parabenizar as equipes já classificadas para as semifinais. Finalizou destacando reuniões com o secretário Clécio, onde tratou sobre a inclusão de redes de proteção nas areinhas do município, enfatizando a necessidade de planejamento prévio para a realização das ações. Em aparte, a vereadora Tia Janne, registrou os festejos de São José, destacando, na pessoa do Padre Jefferson, todos os envolvidos na organização da festividade, em especial Ivonete e as demais colaboradoras, ressaltando a importância do evento para a união da comunidade em um momento de fé, oração e busca por bênçãos. Acrescentou que Assaré foi contemplado com a implantação de uma unidade do Instituto Federal do Ceará (IFCE), fato que, segundo a vereadora, contribuirá para a geração de emprego e renda. O vereador Júnior do Povo iniciou sua fala solidarizando-se com as famílias enlutadas, em especial com a família de Meirinha, pelo falecimento de seu irmão, desejando conforto aos familiares e que Deus o acolha em seu reino. Em seguida, registrou que, no último dia 4 (quatro), esteve em Fortaleza em agenda institucional, a convite do Presidente da Fecomércio, Luiz Gastão, ocasião em que foram discutidas ações voltadas ao desenvolvimento do município. Destacou a possibilidade de oferta de cursos profissionalizantes por meio do Senac, solicitando o apoio da Casa para a cessão de seu espaço a fim de viabilizar a realização dessas atividades, ressaltando que a iniciativa beneficiará, especialmente, a juventude de Altaneira. Agradeceu ainda à Presidência pelo apoio concedido para a realização da referida agenda. Prosseguindo, com o auxílio de slides, abordou a repercussão, inclusive em âmbito estadual, acerca do Instituto Lilica, mencionando pronunciamento da Prefeita sobre o envio de projeto de lei à Câmara visando reconhecer o instituto como de utilidade pública, bem como autorizar repasse mensal de recursos para custeio de ações como castração e atendimento veterinário, especialmente para animais de rua e de famílias de baixa renda. Na sequência, apresentou manifestação do representante do instituto, o qual esclarece o funcionamento das atividades, informando a realização de castrações mensais, mediante registros e acompanhamento dos animais atendidos, desde o resgate até o pós-operatório. Após, o vereador questionou informações divulgadas pela gestão municipal quanto à ausência de documentação do instituto, destacando que, conforme dados do portal da transparência, houve repasse de recursos no ano anterior. Ademais, reafirmou seu apoio ao Instituto Lilica e à causa animal, ressaltando a importância do trabalho desenvolvido em prol do município e defendendo maior incentivo às ações voltadas à proteção animal. Em aparte, o vereador Paulo Geaneo manifestou pesar pelo falecimento do senhor Bastião, solidarizando-se com os familiares e amigos, em especial com a família de Marcos, desejando conforto a todos. Na sequência, ao tratar sobre a Comissão Permanente, ressaltou que, ao longo de mais de cinco anos como membro e secretário, nunca se ausentou das reuniões, destacando sua assiduidade. Mencionou a ausência do vereador Paulo Robson na reunião da sexta-feira passada, afirmando que não havia sido previamente informado sobre o motivo, e que,



ao questionar a possibilidade de antecipação da reunião, foi informado pelo Presidente da Comissão que isso não seria possível. Pontuou que, caso tivesse havido diálogo prévio acerca da necessidade de ausência por motivo familiar ou de saúde, como a realização de consulta ou exame de um filho, a situação poderia ter sido compreendida e tratada de forma diferente, inclusive com eventual adiamento. Reforçou, assim, a importância do diálogo e da comunicação entre os membros da Comissão. Em seguida, abordou a situação da iluminação pública, relatando falhas no serviço, com registros de ruas que permanecem com lâmpadas apagadas por meses, inclusive mencionando a Rua Antônio Pereira Magalhães, que apesar de ter ocorrido a troca de lâmpadas, em pouco tempo elas queimaram novamente. Assim, cobrou maior qualidade no material utilizado e mais agilidade na manutenção, ressaltando que, apesar de se afirmar que “a gestão não para”, ainda há diversos serviços paralisados. Também destacou as más condições das estradas vicinais do município, agravadas pelo período chuvoso, citando, inclusive, trechos intrafegáveis. Retomando a fala, o vereador Júnior do Povo informou que, mesmo sem ofício prévio do Instituto Lílca, encaminhará documento de seu gabinete solicitando esclarecimentos acerca da situação do instituto no município e das ações voltadas aos animais, especialmente diante da ausência de reconhecimento como entidade de utilidade pública. Ainda, reforçou as críticas às condições das estradas, classificando a situação como preocupante. Em aparte, o vereador Professor Nonato relatou ter recebido imagens das condições da estrada que dá acesso ao Sítio Valério de Baixo, informando que entrou em contato com o responsável pelo transporte escolar, João Paulo, para buscar esclarecimentos. Destacou a situação de crianças, inclusive atípicas, que estariam percorrendo mais de dois quilômetros a pé para ter acesso ao transporte escolar, cobrando providências urgentes. Por fim, afirmou que, caso o problema não seja solucionado, novas cobranças serão realizadas na próxima sessão. O vereador Professor Deza Soares apresentou solidariedade e condolências às famílias enlutadas, em especial à família da professora Meirinha, bem como aos familiares de Bastião, destacando tratar-se de uma perda trágica que causa grande comoção, sobretudo entre os mais próximos. Em seguida, registrou sua participação no leilão de São José, ocorrido ontem, observando que houve ausência de representantes do Poder Executivo, o que, segundo relatou, teria gerado certa insatisfação por parte do pároco. Prosseguindo, abordou a questão do Instituto Lílca, ressaltando que a causa animal também se configura como uma questão de saúde pública, defendendo a necessidade de alinhamento entre o governo municipal e o instituto, a fim de garantir a continuidade das ações de cuidado com os animais. Para encerrar, tratou das condições das estradas vicinais e da iluminação pública, reconhecendo as dificuldades decorrentes do período chuvoso, mas cobrando maior celeridade nas intervenções, especialmente nas vias prioritárias utilizadas por estudantes. Destacou ainda que a iluminação pública também está diretamente relacionada à segurança da população, defendendo que a gestão priorize ações essenciais que impactam diretamente a vida dos munícipes. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Projeto de Lei nº 002/2026, de autoria do Vereador Paulo Robson, que dispõe sobre o envio de documentações de Prestação de Contas mensais, do Executivo à Câmara Municipal de Altaneira, e dá outras providências. Anunciada a matéria, o Presidente esclareceu que a matéria em questão está trancando a pauta, sendo necessário proceder à sua destravação. Ressaltou que a Presidência a considera de grande relevância, especialmente em razão da questão ambiental envolvida, destacando a responsabilidade do Poder Legislativo em analisar a proposição, inclusive com a apresentação de emendas. Informou que, por se tratar de matéria já em discussão em plenário e ainda sem parecer, estão sendo apresentadas emendas de plenário. Registrou, ainda, que o Vereador Paulo Geaneo apresentou a Emenda de Plenário nº 1, bem como que a Presidência apresentou a Emenda de Plenário nº 2, solicitando à secretária da Mesa a leitura de ambas. Sendo a Emenda nº 1: “Conforme melhor entendimento do texto, apresento Emenda de Plenário para acrescentar o seguinte artigo onde couber: O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar à Câmara Municipal, sempre que solicitado por qualquer vereador, cópia digital ou física de documentos, pastas ou informações complementares relacionadas à Prestação de Contas mensal do município. I – A solicitação de que trata o caput desse artigo poderá ser realizada mediante ofício do vereador, dispensada a necessidade de requerimento aprovado em



Plenário; II – Os documentos solicitados deverão ser encaminhados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contando a partir do recebimento da solicitação”. Emenda nº 2: “O art. 4º do Projeto de Lei nº 002/2026, passará a vigorar com a seguinte redação: Art. 4º - Esta lei entrará em vigor após decorrido 180 (cento e oitenta) dias da sua publicação”. Após a leitura, o Presidente justificou a Emenda de Plenário nº 2, destacando que a proposta visa corrigir a questão do envio de documentação física, com o objetivo de reduzir o uso excessivo de papel e avançar para o formato digital. Ressaltou, contudo, que o Poder Legislativo precisa de tempo para se adequar à nova realidade, evitando uma implantação precipitada que possa gerar retrocessos. Esclareceu que a implementação do sistema digital exige planejamento, incluindo questões orçamentárias e capacitação dos servidores responsáveis, não sendo possível sua adoção imediata. Informou, ainda, que a emenda estabelece um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a adaptação necessária, garantindo uma transição segura e eficiente. Por fim, facultou ao vereador Paulo Geaneo a oportunidade de também se manifestar acerca de sua emenda, para fins de esclarecimento. O vereador Paulo Geaneo esclareceu que solicitou vista da matéria, destacando que ela foi avocada para discussão em plenário após ter passado pela Comissão Permanente sem a devida apreciação. Informou que, ao analisar o projeto, percebeu que alguns vereadores, inclusive ele próprio e o vereador Professor Nonato, possuem dificuldades para acessar as pastas digitalmente. Diante disso, afirmou que optou por apresentar a emenda de bancada, explicando que a proposta consiste em garantir que a Prefeitura Municipal encaminhe à Câmara, quando solicitado por meio de ofício, cópia da documentação impressa, ou seja, em meio físico, em até 48 (quarenta e oito) horas, a fim de assegurar o acesso às informações enquanto persistirem tais dificuldades. O Presidente fez menção à fala do vereador Paulo Geaneo quanto à dificuldade dos parlamentares no entendimento e acesso às informações no sistema, esclarecendo que, nessa situação, o encaminhamento de documentos em meio físico funcionaria como uma alternativa, caso seja solicitado. Ressaltou que a proposta de entrada em vigor da lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias tem justamente o objetivo de permitir a implantação adequada do sistema, incluindo a capacitação dos servidores e dos parlamentares, para que possam compreender e utilizar corretamente as ferramentas de pesquisa e análise dos documentos. Destacou, ainda, que a intenção é promover o desenvolvimento da Câmara tanto na estrutura física quanto na gestão e nos trabalhos parlamentares, garantindo que todos estejam devidamente capacitados. Acrescentou que o envio de documentos em meio físico seria uma segunda opção, a ser utilizada caso, mesmo após a capacitação, ainda haja dificuldades por parte dos parlamentares. Pela ordem, o vereador Paulo Geaneo esclareceu que na sua fala fez menção ao prazo de 48 (quarenta e oito) horas, porém, o correto, é que a documentação solicitada seja encaminhada em meio físico no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. O vereador Paulo Robson registrou que a matéria é de sua iniciativa, destacando que, ao chegar à Casa, constatou grande desperdício de papel, com acúmulo de documentos em armários e até mesmo espalhados pelo chão. Ressaltou que a proposição acabou trancando a pauta por ausência de parecer no prazo, sendo necessária sua avocação, embora, em seu entendimento, não houvesse necessidade de grande repercussão. Afirmou que houve interpretações equivocadas de que o projeto teria a intenção de dificultar a fiscalização ou encobrir informações, o que rechaçou, assegurando que jamais houve tal objetivo. Explicou que, mensalmente, a Câmara recebe entre 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) resmas de papel A4, além de pastas, estimando um custo médio de aproximadamente R\$ 30,00 (trinta reais) por resma e cerca de R\$ 20,00 (vinte reais) por pasta, o que gera um gasto mensal em torno de R\$ 1.000,00 (mil reais) apenas com papel e pastas, totalizando cerca de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) ao ano. Destacou ainda que esses custos não incluem outras despesas relacionadas, como tinta de impressora, energia elétrica, utilização de servidores, contratação de assessorias para arquivamento, além da necessidade de prateleiras, estantes e espaço físico para armazenamento do material. Ressaltou também o impacto ambiental, mencionando que o consumo pode chegar a cerca de 10.000 (dez mil) folhas por mês, totalizando aproximadamente 120.000 (cento e vinte mil) folhas ao ano. Defendeu que o projeto não prevê nenhum sistema, mas visa substituir esse volume de material físico por mídias digitais, como pendrive, HD, cartão de memória ou outros meios, onde seriam



armazenadas as prestações de contas, permanecendo a documentação física na Prefeitura para fins de controle e fiscalização externa. Ressaltou que a proposta não dificulta o trabalho dos vereadores, uma vez que os documentos continuariam acessíveis digitalmente, assim como ocorre com as pautas das sessões, podendo ser consultados na Câmara ou copiados para análise, além da possibilidade de impressão de partes específicas, quando necessário. Encerrando, manifestou-se favorável ao projeto em sua forma original e solicitou que as emendas apresentadas fossem votadas separadamente, antecipando seu posicionamento contrário às mesmas, por entender que a matéria já atende aos objetivos propostos sem necessidade de alterações. O vereador Professor Nonato antecipou seu pedido de que a votação das emendas e da matéria ocorresse em conjunto, deixando, contudo, a critério da Presidência a forma de condução. Na condição de líder da bancada do PT, orientou voto favorável às emendas apresentadas pelo Presidente Professor Deza Soares e pelo vereador Paulo Geaneo. Afirmou que, pessoalmente, não possui dificuldade em acessar sistemas digitais ou analisar documentos, seja em meio eletrônico ou físico. No entanto, ressaltou que há vereadores na Casa que não possuem a mesma habilidade com tecnologia, motivo pelo qual considerou essa limitação ao avaliar a matéria. Declarou que, apesar de entender que o projeto não altera significativamente a atuação do vereador, pode dificultar para aqueles que não têm familiaridade com o uso de sistemas digitais. Ao tratar da justificativa de economia, afirmou que esse argumento “não pode ser desculpa”, mencionando a discrepância em o município ter realizado a aquisição de medicamentos no valor de aproximadamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) no ano passado, e o fato de ter ocorrido gastos de cerca de R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais) em apenas quatro noites de festas, também no ano passado. Destacou que, diante desses valores, a economia estimada de cerca de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais com papel não seria significativa. Contudo, concordou com a prerrogativa de defesa do meio ambiente, acrescentando que o uso excessivo de papel tem gerado mais cortes de árvores. Informou ainda que o envio de arquivos por meio eletrônico já é aceito pelo Tribunal de contas, porém, alertou que é necessário que os municípios procurem um sistema de hospedagem de arquivo. Logo, de acordo com ele, a substituição do envio físico por meio digital pode gerar novos custos ao município, como a necessidade de contratação de sistemas de armazenamento e assessoria técnica, possivelmente com valores superiores aos gastos atuais com papel. Por fim, reiterou sua preocupação com as reais prioridades do município, citando problemas como dificuldades no transporte escolar e condições das estradas, e solicitou que ficasse registrada uma correção na emenda proposta pelo vereador Paulo Geaneo, esclarecendo que a modificação prevê que o documento seja enviado em meio físico, e não digital. O vereador Júnior do Povo registrou que a matéria é de grande relevância, destacando que a Câmara é um colegiado responsável por decisões que impactam diretamente a população do município, defendendo a necessidade de diálogo voltado ao interesse público. Ressaltou que há outras demandas prioritárias, como filas de exames e assistência social. Ao tratar do projeto, afirmou que não enxerga economicidade na proposta, podendo, inclusive, haver aumento de custos. Citou como exemplo o Pregão Eletrônico nº 2025.09.12.1, que trata sobre o fornecimento de folhas A4, mencionando o valor de R\$ 460.584,97 (quatrocentos e sessenta mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos), além de destacar que, no ano passado, foram gastos mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com assessorias. Mencionou ainda contratos vigentes que somam aproximadamente R\$ 773.640,00 (setecentos e setenta e três mil, seiscentos e quarenta reais), com despesas com impressoras, questionando se, com a digitalização, esses custos seriam de fato reduzidos. O vereador também levantou preocupação quanto à possibilidade de o Poder Executivo encaminhar documentos de forma incompleta em mídias digitais, citando, inclusive, a hipótese de envio de dispositivos sem conteúdo, o que exigiria maior controle por parte da Câmara. Destacou que muitos parlamentares e cidadãos não possuem domínio sobre sistemas digitais, o que pode dificultar o acesso às informações, reforçando a necessidade de cautela na implementação da proposta. Ressaltou ainda que, em sua avaliação, a medida pode gerar mais custos com contratação de sistemas e assessorias técnicas, ao invés de economia. Todavia, apesar das críticas e preocupações apresentadas, declarou voto favorável



à matéria, visando a questão ambiental e por entender que não haverá prejuízo direto às suas prerrogativas, mas alertou que a proposta poderá gerar mais demandas para a estrutura administrativa da Câmara, devendo ser tratada com responsabilidade e critérios que garantam transparência e acesso à informação. O Presidente manifestou concordância com as falas dos vereadores Professor Nonato e Júnior do Povo quanto a importância de se analisar a questão ambiental. Ressaltou, contudo, que discorda parcialmente quanto à inexistência de economicidade, afirmando que poderá haver economia para o Poder Executivo, mas que não se pode transferir toda a responsabilidade para o Poder Legislativo. Esclareceu que a implantação do sistema não se resume ao simples envio de documentos em pendrive, sendo um processo mais complexo, que exige estrutura adequada, organização e equipe capacitada, inclusive para orientar os parlamentares. Alertou também para os riscos do uso de mídias físicas, como pendrives, que podem ser facilmente extraviados, reforçando a necessidade de um sistema seguro e estruturado para o armazenamento das informações. Destacou a responsabilidade do Poder Legislativo no tratamento das prestações de contas, afirmando que não é possível implantar a mudança de forma imediata, sem planejamento, sob pena de comprometer a fiscalização e gerar responsabilizações futuras, especialmente à Presidência. Defendeu a pertinência das emendas apresentadas, tanto no que se refere ao prazo para adequação quanto à possibilidade de envio de documentos físicos mediante solicitação, desde que haja justificativa plausível por parte do parlamentar. Ressaltou ainda que a implantação do sistema demandará custos para a Câmara, sendo necessário tempo para adequação orçamentária e estrutural, bem como capacitação dos envolvidos. Enfatizou que a mudança deve ocorrer de forma gradual, a fim de evitar prejuízos ao funcionamento do Legislativo e à transparência. Por fim, informou que a votação seria realizada de forma separada, iniciando-se pelo projeto, seguindo para a Emenda nº 1 e, posteriormente, para Emenda nº 2. Esclarecimentos feitos, o projeto foi posto em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, ocorreu a votação nominal, em plenário, da Emenda de Plenário nº 1, de autoria do vereador Paulo Geaneo, a qual obteve o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Nonato: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Professora Ana Maria, Sérgio Morato, Tia Janne e Zé de Zuza – mesmo após o encerramento do período de discussão da matéria, o vereador manifestou-se, afirmando que a emenda está “fora de sentido”, sob o argumento de que qualquer vereador que se dirija à Prefeitura e solicite a documentação em meio impresso tem o direito de obtê-la, sendo obrigação do Poder Executivo providenciar a impressão –: votos contrários. Emenda rejeitada pela maioria. Após, houve a votação nominal, em plenário, da Emenda de Plenário nº 2, de autoria do vereador Professor Deza Soares, a qual obteve o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Nonato: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Professora Ana Maria, Sérgio Morato, Tia Janne e Zé de Zuza: votos contrários. Emenda rejeitada pela maioria. Ao final da votação, o Presidente lamentou o resultado, afirmando que, futuramente, as consequências poderão ser percebidas no âmbito do Poder Legislativo. Ressaltou, contudo, que deve prevalecer a decisão democrática e soberana do Plenário. Pela ordem, o vereador Professor Nonato solicitou que fosse registrado em ata como votou cada vereador. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo registrou a necessidade de que a Casa tenha atenção quanto à data de publicação da sanção do projeto pela Prefeita, alertando que, caso seja publicada de imediato, a lei entrará em vigor já no mês corrente, fazendo com que as prestações de contas passem a ser encaminhadas no novo formato, o que, segundo o vereador, pode gerar problemas. Solicitou, portanto, que sua observação constasse em ata. Item 2: Parecer nº 002/2026, do Vereador Paulo Robson, referente ao Projeto de Lei nº 005/2026, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos bases dos servidores civis efetivos do poder executivo do Município de Altaneira - CE, e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o vereador Paulo Robson lembrou que a matéria já havia sido discutida no início da sessão, por ocasião da leitura do ofício que solicitava pedido de vistas, o qual, segundo afirmou, possivelmente não seria atendido. Diante disso, apresentou suas considerações acerca do projeto de lei. Esclareceu que a proposição, de iniciativa do Poder Executivo, trata da autorização para concessão de reajuste



de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento) aos vencimentos dos servidores civis que recebem acima de um salário mínimo, destacando que os servidores que recebem até um salário mínimo, bem como os profissionais do magistério, já tiveram seus reajustes previamente deliberados pela Casa. Ressaltou que o percentual proposto não corresponde ao que gostaria de conceder aos servidores, mencionando que o ideal seria um índice maior, semelhante ao reajuste do salário mínimo. Informou que houve diálogos com a Prefeita e sua equipe técnica, incluindo setores financeiro e contábil e que, apesar de a Prefeita ter se mostrado sensível a causa, foi apontado que não seria possível ultrapassar o percentual de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento), correspondente à inflação acumulada de 2025 (dois mil e vinte e cinco), medida pelo IPCA, sob risco de comprometimento das metas fiscais e eventuais sanções futuras. Destacou que, apesar de não ser o valor esperado, o reajuste garante a recomposição do poder de compra dos servidores, além de prever pagamento retroativo a 1º (primeiro) de janeiro. Comparou com a gestão anterior, afirmando que havia dificuldades e atrasos na concessão de reajustes, muitas vezes sem retroatividade, o que, segundo ele, não ocorre na atual gestão. Pontuou ainda que a matéria tramita na Casa há cerca de 15 (quinze) dias e que o debate poderia ter ocorrido de forma mais antecipada, antes da proximidade da votação. Esclareceu que, do ponto de vista legal, o vereador não pode propor aumento superior ao previsto no projeto, cabendo apenas aprovar ou rejeitar a matéria. Ressaltou, ainda, que não pesa contra si qualquer acusação, afirmando que exerceu função de gestor público por quase seis anos, inclusive como ordenador de despesas, sem responder a denúncias de fraude ou desvio, destacando que essa conduta deve ser obrigação de todo agente público. Por fim, manifestou-se favorável à aprovação do projeto, ressaltando que, embora o percentual não seja o ideal, sua aprovação garante ao servidor a reposição inflacionária, enquanto a rejeição implicaria na ausência de reajuste no exercício. Reforçou que, em sua avaliação, os servidores municipais têm sido valorizados pela atual gestão, ao mesmo tempo em que são cobrados pelo desempenho de suas funções. O vereador Professor Deza Soares registrou que os vereadores têm o papel de deliberar sobre a matéria, por se tratar de reajuste salarial, mas lamentou a política adotada de concessão de reajuste diferenciado entre os servidores. Destacou que essa prática acaba reduzindo, ao longo do tempo, a diferença entre os níveis de remuneração, o que, segundo ele, pode desestimular a busca por cargos de maior nível, como os de agente administrativo, já que, com o tempo, esses servidores podem passar a receber valores próximos aos de cargos com menores exigências. Ressaltou que não se trata de desvalorização de funções, mas de reconhecer que existem diferenças nos critérios de exigência, como escolaridade e nível de concurso. Afirmou que nunca foi favorável a esse tipo de política em nenhuma gestão, relatando que, quando atuou como assessor, sempre orientou contra a adoção desse modelo. Acrescentou que, durante sua atuação na gestão da Câmara, também não aplicou reajustes diferenciados entre servidores, defendendo que a valorização deve ocorrer de forma igualitária, respeitando os níveis e a progressão das carreiras. Para finalizar reforçou seu entendimento de que todos os servidores devem ser valorizados de acordo com suas funções e cargos, posicionando-se contrário à política de reajuste salarial diferenciado. O vereador Júnior do Povo registrou que acompanhava o mesmo raciocínio do Presidente, afirmando reconhecer coerência em sua posição, especialmente ao comparar com o reajuste de 7% (sete por cento) concedido aos servidores da Câmara. Criticou a ausência de diálogo da gestão municipal com os vereadores e servidores, afirmando que não houve reunião prévia para tratar do percentual de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento), nem divulgação antecipada por parte da Prefeita nas redes sociais, como, segundo o vereador, ela sempre costuma fazer.. Sustentou que o percentual concedido não representa valorização, mas sim desestímulo aos servidores, especialmente aqueles que possuem maior nível de formação, citando, como exemplo, profissionais que dedicaram anos de estudo e receberam reajuste inferior a outras categorias. Mencionou que houve categoria que recebeu reajuste de 6,95% (seis vírgula noventa e cinco por cento), enquanto os demais servidores ficaram com 4,26% (quatro vírgula vinte e seis). O vereador citou ainda dados orçamentários, afirmando que o município possui previsão de cerca de mais de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) em despesas, questionando a alegação de limitação financeira para concessão de reajuste maior. Alegou que há



elevado gasto com pessoal, especialmente na pasta da educação, mencionando valores que, segundo ele, ultrapassariam R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), o que, em sua avaliação, compromete a capacidade de valorização dos demais servidores. Também afirmou que, na gestão anterior, houve maior diálogo com as categorias, inclusive com participação do sindicato, resultando em reajustes mais adequados. Criticou o atual modelo, classificando o percentual como insuficiente e afirmando que a política adotada representa, em sua visão, uma desvalorização dos servidores. Desse modo, registrou, de forma expressa, sua crítica ao reajuste proposto, afirmando que “essa aqui é uma imoralidade”, ao se referir ao percentual de 4,26% (quatro virgula vinte e seis por cento) concedido aos servidores, demonstrando sua insatisfação com a medida adotada pela gestão municipal. Reiterou que o percentual proposto está abaixo do reajuste do salário mínimo, citando o valor de 6,79% (seis virgula setenta e nove por cento), reforçando sua insatisfação com a medida e defendendo maior planejamento e prioridade na valorização do funcionalismo público. Em aparte, o vereador Professor Nonato registrou que votaria favoravelmente à matéria, afirmando, contudo, que “a gestão é esperta em querer usar as pessoas”, destacando que não dá margem para esse tipo de conduta. Relatou que, ao dialogar com o vereador Paulo Geaneo, optou por não solicitar vistas, por entender que a gestão não pretende conceder aumento além do proposto. Afirmou que, se houvesse intenção de diálogo, a Prefeita teria recebido o sindicato e as categorias na semana anterior, o que não ocorreu. Comparou com a gestão passada, na qual, segundo ele, havia abertura para diálogo entre vereadores da base e o gestor municipal, inclusive citando o ano de 2023 (dois mil e vinte e três), quando houve articulação conjunta para viabilizar melhor reajuste aos servidores. Destacou que, na condição de oposição, enfrenta dificuldades para dialogar com a gestão, sendo necessário, muitas vezes, formalizar pedidos por meio de requerimentos, que, segundo ele, nem sempre são atendidos. Criticou ainda o momento de envio do projeto, afirmando que, se houvesse planejamento, o reajuste deveria ter sido encaminhado no início do ano, e não apenas no mês de março, comparando a situação com gestões anteriores. Para mais, classificou a ausência de diálogo com o sindicato e os servidores como uma forma de humilhação. De volta com a fala, o vereador Júnior do Povo relatou que, no caso dos técnicos de enfermagem que recebem por plantão, o reajuste representaria um acréscimo de aproximadamente R\$ 10,65 (dez reais e sessenta e cinco centavos) a R\$ 10,68 (dez reais e sessenta e oito centavos) por plantão de 24 (vinte e quatro) horas, valor que, segundo ele, é insuficiente até mesmo para “comprar uma coca-cola”. Acrescentou que, no caso de um enfermeiro, o aumento seria de cerca de R\$ 28,12 (vinte e oito reais e doze centavos), o que também considerou baixo diante do nível de formação exigido. O vereador questionou a coerência do percentual aplicado, classificando a situação como desvalorização dos profissionais, especialmente da área da saúde, ressaltando o papel desses servidores no atendimento à população. Ainda assim, afirmou que não deixaria de votar a matéria, por entender que sua rejeição poderia prejudicar os servidores. Mencionou ainda a existência de gastos que considerou elevados com assessorias, alegando que recursos estariam sendo direcionados para fora do município, e declarou que a Câmara deverá instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar essa questão. Por fim, classificou a situação como resultado de falhas na gestão administrativa e financeira, entendendo que, se houvesse planejamento adequado, o reajuste, que caracterizou como “humilhação”, poderia ter sido mais significativo, deixando registrada sua crítica à condução da política salarial do município. O vereador Sérgio Morato registrou que algumas falas lhe pareceram contraditórias, afirmando que votaria favoravelmente ao projeto. Questionou o entendimento de que o percentual de 4,26% não seria reajuste, haja vista que o valor é maior que 0 (zero). Em aparte, o vereador Paulo Robson reiterou que o percentual de 4,26% (quatro virgula vinte e seis por cento) não corresponde ao valor que gostaria que fosse concedido para os servidores. Contudo, discordou da classificação do reajuste como “imoralidade”, considerando a expressão excessiva. Relatou ainda que, quando integrava o quadro de professores da Escola 18 de Dezembro, estando atualmente licenciado para o exercício do mandato, precisou lutar para garantir reajustes salariais, destacando as dificuldades enfrentadas na gestão passada, inclusive mencionando situações em que o reajuste foi concedido apenas próximo ao meio do ano e sem pagamento retroativo.



Acrescentou que outras práticas em gestões passadas poderiam ser caracterizadas como imorais e ilegais, citando como exemplo a concessão de gratificações a vereadores com mandato eletivo por meio de portarias do Executivo, bem como o recebimento indevido de valores sem a devida prestação de serviços, afirmando que tais situações configurariam, em sua avaliação, casos mais graves. De volta com a fala, o vereador Sérgio Morato registrou, para que a população tivesse ciência, que, conforme mencionado pelo vereador Paulo Robson, houve servidor na gestão passada que passou quatro anos sem trabalhar, porém, recebendo, nesse período, mais de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Diante disso, pediu coerência, afirmando que essas mesmas pessoas hoje “dão uma de moralista”. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Parecer nº 005/2026, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 005/2026, de autoria do Vereador Paulo Robson, que dispõe sobre a inclusão do estudo da história e da cultura local no currículo da rede municipal de ensino de Altaneira e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o vereador Professor Nonato registrou que registrou que emitia seu parecer com satisfação para discutir e trazer à Casa o projeto em questão, manifestando, contudo, o receio de que a matéria venha a ser apenas mais uma a ficar engavetada na Secretaria de Educação. Destacou sua condição de professor de História e servidor concursado do município, aprovado ainda no concurso realizado na gestão de 2009 (dois mil e nove), ressaltando que, mesmo sendo opositor à época, conquistou sua vaga por mérito para, segundo ele, insatisfação de muitos “bajuladores” da Prefeita. Informou que atualmente se encontra licenciado para o exercício do mandato, mencionando ainda possuir demanda judicial em curso, a qual, segundo ele, comprovará sua conduta. Relatou sua trajetória na educação municipal, afirmando ter contribuído com a estruturação da escola de ensino integral, sendo o primeiro professor do município a atuar nesse modelo, além de ter integrado a Secretaria de Educação entre os anos de 2017 (dois mil e dezessete) e 2024 (dois mil e vinte e quatro), período em que afirmou ter prestado serviços em prol do desenvolvimento educacional como coordenador de Humanas. Afirmou que, como professor de História, sente-se na obrigação de defender a valorização da história e da cultura local no currículo escolar, manifestando preocupação de que a matéria não tenha efetiva aplicação prática. Citou, como exemplo, a existência de leis que, segundo ele, não são cumpridas, mencionando o caso do planejamento domiciliar. Ressaltou que seu posicionamento ficará registrado, destacando que, sendo professor da área, emitiu parecer favorável à matéria, reconhecendo a relevância do tema, ainda que com ressalvas quanto à sua efetividade. Para reafirmar sua identidade como professor concursado e sua postura independente, declarando que não se submete a pressões ou interesses, e que sua atuação é pautada por convicções pessoais e compromisso com a sociedade, e “não por falsas promessas”. O vereador Paulo Robson agradeceu ao relator substituto pela apreciação favorável à matéria e destacou que, embora o projeto tenha sido apresentado por ele, a iniciativa surgiu a partir de sugestões recebidas do professor Ademir Ribeiro e do mestre Edwilson, que o procuraram para propor a inclusão, na legislação municipal, da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura local na rede municipal. Relatou que, a partir desse diálogo, a proposta foi transformada em projeto de lei, com o objetivo de garantir, de forma permanente, o ensino da história e da cultura de Altaneira nas escolas municipais. Destacou que, embora alguns professores já trabalhem o tema de forma pontual, a proposta visa consolidar essa prática de maneira estruturada e obrigatória. Informou que a iniciativa já vem sendo desenvolvida em unidades escolares, como a Escola 18 de Dezembro e a Escola Joaquim Soares, especialmente por meio de atividades culturais, a exemplo dos monitores que integram o grupo de capoeira Arte e Tradição, que contribui para a valorização da cultura local. Ressaltou que, com a aprovação da matéria, o trabalho deverá ser ampliado para toda a rede municipal, de forma interdisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, e não apenas as disciplinas de História e Geografia. Destacou ainda que, na condição de professor concursado da rede municipal, hoje licenciado para exercer legalmente o mandato de vereador, apresenta o projeto, mas reforça os méritos e os créditos para aqueles que levaram a proposta até o seu gabinete. O parlamentar também destacou a



contribuição de professores e estudiosos locais na produção de materiais que poderão subsidiar o ensino, mencionando, entre outros, os professores Ademir Ribeiro, Evantuil e Corrinha Lino. Por fim, agradeceu aos profissionais da educação, aos fazedores de cultura e à Secretaria de Cultura, ressaltando a importância da parceria com a Secretaria de Educação para a efetiva implementação da proposta, bem como mencionou o apoio do professor Reginaldo Venâncio, destacando sua contribuição tanto na elaboração quanto na execução de projetos voltados à valorização da cultura local. Na discussão da matéria o vereador Júnior do Povo iniciou sua fala parabenizando os formadores da cultura e da história do município, estendendo, em nome do Professor Ademir Ribeiro, seu reconhecimento a todos os historiadores, ressaltando a importância da história para a construção da identidade da sociedade. Destacou que a valorização da cultura e da história depende não apenas de iniciativas legislativas, mas também de incentivos do Poder Público. Em seguida, fez um alerta em relação ao projeto de lei em discussão, ponderando sobre a possível criação de obrigação ao Poder Executivo quanto à inclusão de disciplina na grade curricular, levantando dúvida acerca de eventual vício de inconstitucionalidade. Solicitou esclarecimentos à Presidência e reforçou o apelo à Secretaria de Educação para que não haja prejuízo ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular, defendendo que eventuais novas disciplinas sejam agregadas, sem comprometer os conteúdos já existentes. O parlamentar destacou a relevância do projeto, mencionando iniciativa anterior voltada à cultura e à história do município, com investimento aproximado de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), beneficiando diversas categorias culturais. Ressaltou, ainda, sua condição de servidor público concursado, afirmando a importância do conhecimento da história local, inclusive como requisito para aprovação em concursos públicos. Prosseguindo, enfatizou a necessidade de tornar o ensino mais atrativo aos estudantes, defendendo a integração entre cultura, história e práticas pedagógicas, com o apoio de formadores culturais. Manifestou seu apoio ao projeto, independentemente de divergências políticas e pessoais que possui com o autor, destacando que iniciativas relevantes devem ser aprovadas em benefício da população. O vereador também ressaltou a importância da efetiva implementação das leis aprovadas, citando como exemplo a aplicação da legislação sobre noções de primeiros socorros no município, de sua autoria, aprovada na legislação passada, enfatizando a necessidade de que as normas não sejam apenas aprovadas, mas efetivamente executadas. Em sua fala, fez ainda uma reflexão sobre a gestão passada, destacando que, independentemente de posicionamentos políticos, projetos relevantes foram aprovados e continuam gerando resultados positivos, como a escola em tempo integral e iniciativas culturais no município. Finalizou reforçando a importância de aprovação de projetos de grande relevância para o município de Altaneira, sem prejuízo do cumprimento da Base Nacional Comum Curricular, defendendo o aprimoramento do ensino e a formação cidadã dos estudantes. Destacou, ainda, a importância de projetos voltados à educação política dos jovens, visando à formação de futuras lideranças, considerando o caráter transitório dos mandatos legislativos. O Presidente comunicou que as sessões ordinárias possuem duração de quatro horas, conforme disposto no artigo 172 do Regimento Interno. Informou, contudo, a prorrogação da presente sessão por igual período. Na oportunidade, solicitou aos nobres parlamentares objetividade em suas manifestações, considerando a existência de seis requerimentos ainda pendentes de discussão e votação, bem como a continuidade da apreciação do projeto de lei em discussão. A vereadora Tia Janne parabenizou o vereador Paulo Robson pela apresentação do projeto de lei, destacando sua relevância ao promover a inclusão e valorização da história no âmbito da rede municipal de ensino. Ressaltou a importância da preservação da história, da cultura, das tradições e das origens do município. Na oportunidade, estendeu seus cumprimentos a todos os historiadores locais, em nome do professor Ademir Ribeiro, reconhecendo o papel desempenhado na construção e preservação da memória histórica municipal. Em aparte, o vereador Paulo Robson destacou que todos os fazedores de cultura e agentes responsáveis pela preservação da história de Altaneira devem ser envolvidos e valorizados pelo Poder Público Municipal na execução do projeto em discussão. Ressaltou a importância de iniciativas já existentes, como grupos culturais e projetos desenvolvidos nas escolas, a exemplo da banda de pífano, defendendo seu fortalecimento como forma de ampliar os

Amesora

Ad. Robson

Júnior

Tia Janne

Paulo Robson



resultados da proposta. Na sequência, o parlamentar esclareceu não possuir divergências de ordem pessoal com os demais vereadores, afirmando que eventuais discordâncias são de natureza política e relacionadas à interpretação das proposições legislativas. Em seguida, rebateu questionamentos levantados anteriormente, afirmando que o projeto não cria nova disciplina obrigatória, tampouco interfere na Base Nacional Comum Curricular. Para tanto, citou dispositivos do próprio projeto, destacando que os conteúdos históricos e culturais de Altaneira poderão ser trabalhados de forma interdisciplinar, integrados aos componentes curriculares já existentes, em conformidade com a legislação educacional vigente. Conclui enfatizando a importância de uma leitura atenta das matérias antes de sua discussão, a fim de evitar interpretações equivocadas e debates desnecessários. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 4: Requerimento nº 017/2026, do Vereador Professor Nonato, solicitando que seja realizado o reajuste dos vencimentos dos monitores que atuam no acompanhamento de crianças atípicas e na educação inclusiva, garantindo que a remuneração desses profissionais seja equiparada, no mínimo, ao valor do salário mínimo vigente. Após a leitura da matéria, o vereador Professor Nonato destacou que o Poder Legislativo deve priorizar os interesses da população, em detrimento de interesses particulares. Ressaltou que o papel do parlamentar é discutir, propor e buscar mecanismos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Altaneira. O parlamentar lembrou sua atuação como vereador da base governista na legislatura anterior, afirmando que, mesmo nessa condição, manteve postura crítica diante de falhas da gestão, reforçando que seu compromisso sempre foi com a população. Em seguida, enfatizou a importância da educação inclusiva, conceituando-a como um processo que busca atender, de forma adequada, alunos com deficiências e também aqueles com altas habilidades, garantindo-lhes um acompanhamento mais próximo de suas necessidades. Destacou que a temática é de interesse coletivo, sobretudo entre aqueles que atuam na educação ou possuem familiares nessa área. Durante sua fala, mencionou que o vereador Sérgio Morato que, em um comício, cobrou da Prefeita Municipal que ela “não pagasse salário miserável ao povo de Altaneira, pagasse um salário mínimo a todo mundo. O vereador solicitou apoio dos demais parlamentares ao requerimento, afirmando acreditar que, com essa aprovação, a gestão fará pelo menos um estudo de caso, reforçando ainda a necessidade de valorização dos monitores, especialmente aqueles que atuam diretamente com crianças atípicas, em razão das especificidades e responsabilidades inerentes à função. Informou que a matéria foi apresentada a partir de demandas dos próprios monitores, que buscaram seu apoio, e explicou que sua apreciação não ocorreu na sessão passada devido ao trancamento da pauta. Por fim, assegurou seu compromisso não apenas com a apresentação de proposições, mas também com a fiscalização e cobrança da efetiva implementação das medidas por parte do Poder Executivo, defendendo que os recursos públicos sejam revertidos, de forma concreta, em benefícios à população, especialmente nas áreas essenciais como saúde, educação e assistência. Na discussão da matéria, o vereador Júnior do Povo parabenizou o Vereador Professor Nonato pela iniciativa, afirmando estar em consonância com o entendimento apresentado. Destacou que a temática envolve diretamente diversos parlamentares, seja pela atuação na área da educação ou por vínculos familiares com crianças atípicas, reforçando a importância da matéria. O parlamentar discorreu sobre a realidade enfrentada pelas famílias e pelas instituições de ensino, mencionando que, embora haja previsão de redução da jornada de trabalho para pais ou responsáveis por crianças atípicas, tal medida não se reflete na rotina escolar, especialmente nas escolas de tempo integral, onde a permanência do aluno exige acompanhamento contínuo por parte de profissionais. Nesse contexto, enfatizou as dificuldades enfrentadas pelos monitores que atuam diretamente com essas crianças, destacando a complexidade das atividades desempenhadas, que exigem preparo, atenção constante e manejo de situações específicas, muitas vezes relacionadas às condições de saúde e comportamento dos alunos. O vereador ressaltou que esses profissionais exercem jornada integral de trabalho e, ainda assim, recebem remuneração considerada insuficiente, em torno de R\$700,00 (setecentos reais) a R\$800,00 (oitocentos reais), defendendo a necessidade de valorização da categoria, com pagamento de um salário mínimo, compatível com as



responsabilidades exercidas. Alertou, ainda, para a necessidade de evitar desvio de função no âmbito da administração pública, bem como para a importância de que as contratações sejam realizadas de forma regular, por meio de processo seletivo adequado, assegurando transparência e legalidade. Para concluir, manifestou seu voto favorável ao requerimento, reiterando a importância da valorização dos profissionais que atuam no cuidado com crianças atípicas, destacando que a melhoria das condições de trabalho desses servidores impacta diretamente na qualidade do atendimento prestado aos alunos e, conseqüentemente, no desenvolvimento educacional do município. A vereadora Tia Janne declarou seu voto favorável à matéria, destacando que os monitores são merecedores de valorização, especialmente aqueles que atuam com crianças atípicas, função que exige prudência, cautela, dedicação e preparo emocional. Ressaltou que jamais votaria contra proposições que visem beneficiar esses profissionais, enfatizando que, atualmente, os monitores recebem apenas bolsa, e não salário, o que reforça a necessidade de melhorias nas condições de remuneração. A parlamentar pontuou, ainda, que a legislação vigente data de 2022 (dois mil e vinte e dois), sem que tenha havido reajuste nos anos subsequentes, o que considerou lamentável. No entanto, destacou que houve recente reajuste no valor de 80% (oitenta por cento) concedido pela atual gestão municipal, entendendo tal medida como demonstração de reconhecimento e valorização da categoria. Ademais, reafirmou seu compromisso em votar favoravelmente a matérias que promovam melhores condições para os trabalhadores e beneficiem a população em geral, desde que pautadas na legalidade e no interesse público. O vereador Sérgio Morato lembrou posicionamento assumido durante o período de campanha, afirmando que sempre defendeu que todo trabalhador merece receber, no mínimo, um salário mínimo, mantendo seu compromisso com tal entendimento. Contudo, ponderou que a gestão pública deve agir com responsabilidade fiscal, destacando que eventuais reajustes salariais precisam observar critérios técnicos e contábeis, de modo a garantir equilíbrio financeiro e legalidade nas ações administrativas. O parlamentar esclareceu que a remuneração dos monitores se dá por meio de bolsa, e não salário, ressaltando que houve reajuste significativo recente, passando de aproximadamente R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cerca de R\$ 900,00 (novecentos reais), o que representa aumento considerável. Ainda assim, manifestou concordância quanto à necessidade de avanços, defendendo que, ao longo da gestão, possa haver evolução até o pagamento de um salário mínimo à categoria, desde que de forma responsável e planejada. Por fim, destacou que a legislação que instituiu a bolsa foi aprovada em 2022 (dois mil e vinte e dois), sem reajustes nos anos subsequentes, ressaltando que a prefeita Késia promoveu aumento já no início do mandato, o que considerou um avanço relevante. O vereador Paulo Robson registrou sua satisfação em discutir e votar favoravelmente à matéria, destacando que, em seu entendimento, todos os trabalhadores do município, sejam bolsistas, temporários ou efetivos, devem ser valorizados e receber remuneração justa, compatível com as funções exercidas. Ressaltou que, tratando-se de uma pauta sensível, especialmente voltada à educação inclusiva e aos monitores que atuam nessa área, manifesta, de forma reiterada, seu apoio a todas as proposições que visem à valorização desses profissionais. O parlamentar mencionou que os monitores da educação inclusiva recebiam bolsa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), tendo sido reajustada para de R\$ 900,00 (novecentos reais), o que representa aumento significativo. Reconheceu a iniciativa da gestão municipal, destacando a importância de avanços contínuos na remuneração dos servidores. Em sua fala, ressaltou, ainda, que a educação inclusiva do município tem se destacado positivamente na região, atribuindo esse resultado ao trabalho da equipe multidisciplinar, bem como aos investimentos realizados pela gestão municipal. Compartilhou experiência pessoal, mencionando que, apesar de ter condição de matricular seu filho em escola particular, observou que o melhor lugar para a evolução educacional de seu filho é no município altaneirense, pontuando o desenvolvimento do mesmo como reflexo direto desse trabalho. Destacou também o papel de todos os profissionais envolvidos, incluindo monitores e equipe técnica, enfatizando a importância das formações continuadas e das políticas de valorização implementadas. Reconheceu, contudo, a existência de desafios a serem superados, sem desconsiderar os avanços já alcançados. Reiterou seu voto favorável à matéria, reforçando o compromisso com a valorização dos profissionais da educação inclusiva e

Tia Janne

Sérgio Morato

Paulo Robson

Francis

[Handwritten signatures]



com a melhoria contínua dos serviços prestados à população. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 5: Requerimento nº 018/2026, dos Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo e Professor Nonato, solicitando que seja expedida convocação ao servidor público ANTONIO NAURIZIO BEZERRA DE SOUSA, ocupante do cargo de Diretor de Fiscalização de Contratos da Secretaria de Administração e Finanças, para comparecer no Plenário desta Casa Legislativa, na condição de convidado, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca do acompanhamento das execuções contratuais, firmadas pelo Município de Altaneira. Após a leitura da matéria, registrou que houve uma falha sua e dos vereadores Paulo Geaneo e Júnior do Povo, pois, na verdade, deveria ter sido aberto a subscrição para os vereadores que tivessem interesse. Ressaltou, contudo, que tal situação não compromete a validade da matéria, uma vez que requerimentos podem ser apresentados individualmente. Em seguida, justificou a apresentação da proposição, atribuindo-a à “incompetência da equipe administrativa da Prefeita”. Relatou que a Câmara havia aprovado requerimento solicitando o envio de informações acerca do processo licitatório dos eventos junto a empresa Realize, no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Informou que a resposta só foi encaminhada do final de janeiro para o início de fevereiro, e de forma incompleta, dificultando a devida análise por parte do Legislativo. Esclareceu que o requerimento só foi apresentado devido a incompetência de quem encaminhou as informações incompletas que, segundo ele, buscou esconder empenhos, recibos de pagamentos e certidões de empresas. O parlamentar destacou que o requerimento aprovado tinha como finalidade garantir transparência e possibilitar a fiscalização dos atos administrativos, com base na legislação vigente. Diante das inconsistências apontadas, informou a apresentação de novo requerimento convidando o fiscal de contratos responsável a época, a fim de prestar esclarecimentos sobre o processo. Solicitou ainda a correção do nome do ex-servidor, que se escreve Naurício. Na oportunidade, explicou a função do fiscal de contratos, ressaltando que compete a este acompanhar todas as etapas do contrato administrativo, desde a formalização até a execução, incluindo o cumprimento de cláusulas, eventuais aditivos e a regularidade dos pagamentos, conforme dispõe a legislação de licitações. Ressaltou que o convite formulado não possui caráter de perseguição, mas sim de esclarecimento, visando sanar dúvidas decorrentes da ausência de documentos e garantir o cumprimento das prerrogativas fiscalizatórias do Poder Legislativo. O vereador também fez uma reflexão sobre sua atuação na legislatura passada, reconhecendo que, em determinados momentos, não exerceu plenamente o papel fiscalizador, atribuindo tal fato à falta de experiência e entendimento à época e, muitas vezes, por acompanhar posicionamentos de terceiros, ressaltando que, muitas vezes, tais condutas não são reconhecidas posteriormente no meio político. Afirmou que, no atual mandato, busca corrigir essa postura, comprometendo-se a exercer de forma mais efetiva suas funções parlamentares. Também destacou que a fiscalização deve ser contínua e independente de posicionamentos políticos, ressaltando que a dinâmica da política pode alternar posições entre situação e oposição, sendo necessário que todos os parlamentares atuem com responsabilidade. Reforçou que, caso as informações solicitadas tivessem sido devidamente encaminhadas, não haveria necessidade de novos questionamentos, reiterando que o objetivo é assegurar transparência e o correto uso dos recursos públicos. O Presidente registrou que o instrumento do convite se mostra mais adequado, por proporcionar maior espontaneidade à participação do convidado, ressaltando que, na maioria dos casos, as pessoas que comparecem mediante convite prestam esclarecimentos de forma mais proveitosa, tanto para o Parlamento quanto para os próprios envolvidos. Destacou que a convocação, embora prevista regimentalmente e de caráter obrigatório, configura medida mais formal e impositiva, podendo gerar maior constrangimento. Assim, no caso em discussão, esclareceu tratar-se de convite, conforme já mencionado pelo vereador autor da matéria. O vereador Júnior do Povo registrou que já havia fundamentado seu posicionamento no artigo 31 da Lei Orgânica, destacando que seu requerimento não foi devidamente respondido, apesar de o Poder Legislativo possuir autonomia e prerrogativa deliberativa. Ressaltou a demora na resposta e a ausência de esclarecimentos completos. Em sua fala, mencionou uma empresa fiscalizada por servidor identificado como Antônio



Naurício, a qual venceu processo licitatório no valor de aproximadamente R\$ 3.851.876,48 (três milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), considerado significativo para o município de Altaneira. Informou que desse processo resultaram quatro contratos, abrangendo áreas como educação, cultura, assistência e outras, e que, no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), foi pago o montante de cerca de R\$ 1.250.383,44 (um milhão, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos). O vereador destacou a importância da responsabilidade dos fiscais de contrato, enfatizando que todo servidor público deve ter plena consciência dos atos que assina, assumindo suas responsabilidades. Apontou ainda que o referido servidor foi exonerado do cargo de diretor de fiscal de contrato por meio da Portaria nº 50/2026, em 12 (doze) de fevereiro, sendo posteriormente nomeado para função na Secretaria de Educação, conforme Portaria nº 52/2026, de 13 (treze) de fevereiro, como gerente de gestões de programas e pactos de ações educacionais. Assim, considerou a mudança de função como relevante e passível de esclarecimento. Defendeu que o servidor seja convidado a comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos, ressaltando que, embora o regimento trate da possibilidade de convocação, o convite representa uma forma mais harmoniosa de relação entre os poderes. Destacou que a obrigatoriedade pode soar impositiva, enquanto o convite preserva o diálogo institucional. Ressaltou ainda que a transparência deve ser efetivamente praticada pela gestão pública, permitindo que qualquer servidor possa comparecer à Casa Legislativa para esclarecer fatos, quando solicitado. Relatou experiência pessoal ao atender convite semelhante, ocasião em que prestou informações dentro de seu conhecimento. Ademais, afirmou a legitimidade do requerimento apresentado, colocando-o à disposição para subscrição dos demais vereadores, e reforçou que, caso o servidor não compareça de forma voluntária, existem outros meios legais para garantir sua presença, conforme previsto na Constituição, especialmente diante da responsabilidade de quem lida com recursos públicos. O vereador Zé de Zuza registrou que votará contra o requerimento, esclarecendo que sua posição não se deve à questão da transparência, mas à forma como a matéria foi apresentada. Destacou que há inconsistência no texto, uma vez que não fica claro se o pedido se refere a convite ou convocação, pois ambos os termos aparecem no documento. Apontou ainda como justificativa a existência de erro na grafia do nome do servidor mencionado, Antônio Naurício Bezerra, que consta incorretamente como "Naurizio". O Presidente lembrou que o próprio autor da matéria solicitou a correção do nome do servidor citado, registrando que se trata apenas de um erro de digitação e não influencia no procedimento. O vereador Paulo Robson antecipou que acompanhará a orientação do líder de seu partido, vereador Zé de Zuza, pelos mesmos fundamentos já apresentados. Acrescentou que, embora considere o termo "incompetência" muito forte, entende que houve, em certa medida, incompetência na elaboração do requerimento, registrando seu respeito aos vereadores autores. Inicialmente, mencionou a questão do nome do servidor, lembrando que houve erro na grafia, já corrigido. Em seguida, destacou que o requerimento apresenta contradição, pois em um momento trata o servidor como convidado, enquanto, ao citar o artigo 86, inciso IV, menciona a expedição de convocação ao servidor Antônio Naurício, apontado como ocupante do cargo de diretor de fiscalização de contratos. Ressaltou ainda que o requerimento é datado de 6 (seis) de março, sendo que, desde 12 (doze) de fevereiro, o referido servidor não ocupa mais esse cargo. Acrescentou que, além do constrangimento desnecessário ao servidor, destacou não ter ficado claro se houve, de fato, negativa de informações por parte dele, nem se houve requerimento anterior solicitando dados que tenham sido negados por ele. Dessa forma, afirmou não compreender se o servidor mencionado é realmente a pessoa que deve prestar os esclarecimentos. Pontuou também que os contratos são públicos, já foram solicitados e estão disponíveis, podendo, em caso de dúvidas, ser objeto de apuração junto ao Ministério Público ou por meio de diligência oficial. Por fim, reiterou que tem defendido a transparência de forma constante, porém não nesse sentido de convocar ou convidar um servidor que não ocupa mais o cargo mencionado e que, ao que consta, não foi responsável por negativa de informações. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, obtendo o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo,



Paulo Geaneo, Professor Nonato: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Professora Ana Maria, Sérgio Morato, Tia Janne e Zé de Zuza: votos contrários. Matéria rejeitada pela maioria. Pela ordem, o vereador Professor Nonato registrou que, em seu entendimento, a transparência está distante de ser praticada pela bancada que defende a administração pública. Lembrou que, em votações anteriores, esses vereadores afirmavam ser favoráveis à transparência e que votariam sempre a favor de pedidos de informação apresentados à Casa. Entretanto, afirmou que a matéria em discussão gerou incômodo, a ponto de não ser mantido o posicionamento anteriormente defendido, o que, segundo ele, levou a ele e os vereadores Paulo Geaneo e Júnior do Povo assim decidam, à convocação do servidor. Destacou que, durante a discussão da matéria, foi esclarecido que o requerimento se tratava de convite. Diante disso, solicitou à assessoria que elabore novo requerimento, desta vez de convocação do servidor, para apreciação na próxima sessão, com base no artigo 83 e na legislação de acesso à informação. Por fim, registrou que a medida decorre da necessidade de obtenção de informações junto ao fiscal de contrato, ressaltando que o servidor, mesmo não ocupando mais o cargo, permanece responsável pelos atos que atestou no exercício da função. O Presidente Professor Deza Soares registrou que é legítima a solicitação do vereador Professor Nonato, porém, registrou que, se o convite foi desaprovado, é provável que a convocação também seja. Pela ordem, o vereador Paulo Robson registrou que não foi bem compreendido em sua fala, ou que houve quem tenha optado por não compreender. Esclareceu que o que foi submetido à votação foi um pedido de convocação de servidor, e não um simples pedido de informações, reafirmando que continuará votando favoravelmente a requerimentos que solicitem informações. Destacou que o que foi rejeitado, em seu entendimento, foi um ato que poderia gerar constrangimento, ao convocar um servidor que não ocupa mais o cargo mencionado, atribuindo-lhe responsabilidade. Ressaltou que, nas justificativas apresentadas e registradas, foi dito que houve pedido de informação negado, o que motivaria a convocação, questionando, assim, se foi o referido servidor quem teria negado tais informações, já que não se recorda de seu nome ter sido mencionado em votações anteriores. Pontuou que qualquer agente público, seja como fiscal de contratos, gestor ou em outra função, deve ser responsabilizado caso tenha cometido irregularidades, independentemente do cargo que exerça ou tenha exercido. Contudo, afirmou que, diante das justificativas apresentadas, entende ter o direito de se posicionar de forma contrária à matéria. Reiterou que nunca votou contra pedidos de informação, mas que, no caso em questão, tratava-se de convocação de servidor sem motivação clara. Encerrando, registrou que não deseja que sua atuação parlamentar seja comparada à de vereadores de legislaturas anteriores, que, segundo ele, só modificaram sua postura após “perderem a eleição”. O Presidente pediu desculpas aos munícipes que acompanhavam a sessão por ter permitido a discussão da matéria após sua votação. Registrou que, sempre que há solicitação de pela ordem, busca verificar se há fundamento, porém, esclareceu que, após a votação, não cabe mais discussão nem justificativa. Ainda assim, destacou que, como já havia concedido a palavra a outros vereadores, também concedeu o uso da palavra ao vereador Zé de Zuza. Pela ordem, o vereador Zé de Zuza reforçou a justificativa de seu voto, registrando que não votou contra a transparência nem contra o acesso à informação, mas sim contra a forma como o requerimento foi apresentado. Destacou ainda que, no início de sua atuação na Câmara, afirmou que jamais votaria contra a transparência, posição que, segundo ele, permanece mantendo. Item 6: Requerimento nº 019/2026, do Vereador Júnior do Povo, solicitando recuperação imediata da estrada vicinal na comunidade sítio Taboleiro. Após a leitura da matéria, o Presidente registrou ser interessante que o plenário busque um consenso no sentido de que a secretária da mesa realize apenas a leitura da matéria, deixando a justificativa para ser apresentada pelo próprio vereador, como forma de otimizar os trabalhos. O vereador Júnior do Povo registrou que, inicialmente, a justificativa seria apenas a lida pela secretária, porém destacou que houve fato novo que motivou a manifestação. O Presidente, por sua vez, ressaltou que o tempo de defesa é um direito do vereador, mas reiterou ser mais adequado que a justificativa fique a cargo do autor, que poderá decidir entre realizar sua leitura ou apenas fazer a defesa da matéria. Na sequência, o vereador Júnior do Povo registrou que é o único vereador que apresenta justificativa em seus requerimentos e passou a defender

Paulo Robson

Paulo Geaneo

Professor Nonato

Júnior do Povo

Deza Soares

Zé de Zuza

Paulo Geaneo



a matéria com o auxílio de fotos do local mencionado, as quais demonstram a estrada com muita lama, impossibilitando o tráfego de veículos. Destacou que se tratam das mesmas estradas por onde, no período eleitoral, políticos altaneirenses passaram pedindo votos. Relatou que nem ambulâncias conseguem acessar o local, o que pode deixar a população desassistida em situações de emergência, mencionando a existência de moradores idosos, inclusive uma pessoa de 97 (noventa e sete) anos, eleitora da prefeita, segundo ele, e que, em alguns casos, a travessia precisa ser feita com auxílio de redes. Informou ainda que o Sítio Tabuleiro possui um dos maiores colégios eleitorais do município. Acrescentou que, no dia 14 (quatorze), a prefeita esteve na comunidade com sua equipe para visitar outras obras, porém não passou pelo trecho em questão, questionando o motivo de não ter ido ao local nem prestado esclarecimentos à população. Relatou também que tentou chegar à área para realizar um serviço social, mas não conseguiu, mesmo utilizando veículo com tração 4x4, sendo obrigado a retornar. Classificou a situação como triste, deprimente e vergonhosa, ressaltando sua ligação pessoal com a comunidade, onde nasceu. Afirmou que, enquanto um lado está sendo beneficiado com calçamento, o outro permanece em condições precárias, e que isso demonstra falta de sensibilidade. Destacou que as imagens apresentadas mostram apenas o início da estrada, sendo que o restante está em condições ainda piores. Registrou que não atribui toda a responsabilidade aos vereadores da base, assumindo também sua parcela, sobretudo por ter sido o mais votado na localidade. Reafirmou que não pode se calar e que está na Casa para defender a população. Informou ainda possuir registros de máquinas da prefeitura em propriedades particulares e afirmou que passará a anexar fotos a todos os seus requerimentos para evitar questionamentos sobre a veracidade das informações. Por fim, conclamou os demais vereadores a se unirem para dialogar com a prefeita em favor das famílias da região, destacando que o período chuvoso ainda não terminou. Em aparte, o vereador Professor Nonato relatou situação semelhante ocorrida na semana anterior, quando um vereador foi cobrado por moradores devido a problemas de acesso em outra localidade. Afirmou que o vereador Júnior do Povo está apenas tornando pública uma demanda da própria comunidade onde atua, evitando ser cobrado por omissão. Parabenizou o colega pela iniciativa e ressaltou que apenas solicitar verbalmente não é suficiente, pois, caso não haja solução, a cobrança recai sobre o vereador. Destacou que é necessário formalizar as demandas na Casa para que os parlamentares não sejam vistos como inoperantes. Mencionou que poderia fazer críticas à gestão municipal, mas optou por não fazê-lo naquele momento, questionando, contudo, a ausência de providências por parte da administração, inclusive de servidores que têm conhecimento da situação. Solicitou que o local seja fiscalizado, afirmando que a omissão de servidores recai sobre a gestão municipal, e apontou que situações como essa demonstram incompetência na administração. Ressaltou ainda que, em períodos eleitorais, são feitas promessas, mas, como vereador de oposição, pode apenas cobrar previdências. Retomando a fala, o vereador Júnior do Povo informou que, na comunidade, residem pessoas ligadas à gestão, como a subsecretária de agricultura e suplente de vereadora, Débora, além de outros moradores, reiterando o sentimento de vergonha diante da situação. Relatou ter recebido mensagens de um servidor que reside no local, expressando preocupação com a possibilidade de adoecer e não conseguir sair da região. Finalizou afirmando que sua atuação não tem objetivo de autopromoção, mas sim de cumprir o compromisso assumido com a comunidade onde nasceu e cresceu, buscando garantir melhores condições de dignidade para os moradores. O vereador Zé de Zuza registrou voto favorável ao requerimento, destacando a importância de que as melhorias não se limitem apenas ao trecho de acesso à casa de Dona Chicola, mas que contemplem toda a região do Tabuleiro, incluindo localidades como Córrego, Taboca, Taboquinha, entre outras. Informou que já tratou do assunto com a prefeita, mencionando a possibilidade de adoção de medidas paliativas no momento, tendo em vista que, segundo ele, não há condições de realizar uma intervenção definitiva durante o período chuvoso, sendo realizados ajustes até o término do inverno, quando poderá ser executada uma solução mais concreta. Relatou ainda que esteve na residência de Dona Chicola há cerca de três meses, ocasião em que já discutiu a situação da estrada. Acrescentou que também dialogou com Adriana, proprietária de parte das terras, sobre a possibilidade de abertura de cerca para alargamento da via. Por fim, afirmou

Franca

Prof. Nonato
Professor Nonato
Júnior
Zé de Zuza
Adriana



que a gestão municipal já tem conhecimento da situação e que, em breve, deverão ser realizadas intervenções paliativas nas estradas. O vereador Paulo Robson registrou que o líder de seu partido, vereador Zé de Zuza, já o representa quanto à matéria em discussão, limitando-se a manifestar seu voto favorável ao requerimento. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 7: Requerimento nº 020/2026, do Vereador Professor Nonato, solicitando as normativas sobre o horário de as aulas e de planejamentos de todas as instituições de ensino do Município de Altaneira-CE, bem como informações sobre o planejamento domiciliar. Após a leitura da matéria, o vereador Professor Nonato registrou que o requerimento é resultado de cobranças feitas por diversos professores do município de Altaneira. Lembrou que, no ano passado, foi aprovada na Casa uma lei, de autoria do vereador Paulo Robson, que instituiu o planejamento de hora-atividade e regulamentou seu funcionamento nas escolas. Destacou, contudo, que a própria lei prevê que 50% (cinquenta por cento) desse planejamento seja realizado de forma domiciliar, ressaltando que não conseguiu esclarecer aos professores o que, de fato, se entende por "planejamento domiciliar". Informou que compreendia tratar-se de planejamento realizado em casa, porém, relatou que, na prática, os planejamentos nas escolas do município, conforme os horários que lhe foram apresentados, estão sendo realizados na última aula do dia, com os professores e coordenadores sendo obrigados a permanecer na escola para essa atividade. Diante disso, afirmou que prefere obter todas as informações necessárias antes de aprofundar a discussão sobre o tema, motivo pelo qual apresentou o requerimento. Ressaltou, no entanto, que, caso a maioria decida pela reprovação da matéria, isso não alterará sua posição, cabendo a ele apenas informar aos professores que o pedido foi rejeitado pela maioria dos vereadores, destacando que, no regime democrático, prevalece a decisão da maioria. Acrescentou que não considera justo que uma lei seja aprovada e amplamente divulgada, como, de acordo com ele, a prefeita fez, sem que seja efetivamente cumprida, afirmando que, em seu entendimento, a norma não está sendo aplicada como previsto, já que o planejamento domiciliar vem sendo realizado dentro das escolas. Por fim, destacou a necessidade de obter alguma normativa do conselho ou da secretaria de Educação que esclareça por que essas atividades estão sendo realizadas, em sua maioria, na última aula do turno, após as 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, quando os alunos já foram liberados, permanecendo professores e coordenadores na escola para o planejamento. Também questionou situações específicas em que alguns professores possuem organização diferente, com planejamento normal na escola, aula vaga e planejamento em casa, ressaltando a necessidade dessas informações para avaliar possíveis encaminhamentos, seja para diálogo com a secretaria de Educação, seja para atuação dos vereadores em defesa dos professores e do município. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson registrou que, diante da temática apresentada, considera que o direito dos professores da rede pública municipal de realizar até 50% (cinquenta por cento) de planejamento de forma domiciliar representa um avanço, destacando que essa medida foi por ele indicada e posteriormente implantada pela prefeita Késia. Informou que a própria lei aprovada estabelece que cabe à Secretaria de Educação normatizar o planejamento domiciliar. Acrescentou que se trata de um direito relevante para a categoria, mencionando que benefício semelhante passou a ser adotado recentemente também na rede estadual de ensino. Ressaltou que, caso esteja ocorrendo a prática de direcionar, de forma permanente, o planejamento domiciliar para ser realizado na escola, isso configura um erro. Contudo, afirmou acreditar que tal situação não esteja acontecendo dessa forma. Destacou que, ao apresentar o requerimento de informações, é importante que sejam encaminhadas, inclusive, as normativas que regulamentam a distribuição de até 50% (cinquenta por cento) da carga horária para planejamento domiciliar, garantindo que o professor possa exercer esse direito no horário adequado. Reiterou a importância do pedido de informações e afirmou que, nesse caso, sua bancada vota favoravelmente, mantendo o posicionamento de apoiar matérias que tenham por objetivo a obtenção de informações. Reconheceu ainda que o caminho correto é receber as denúncias, buscar as informações necessárias e, somente depois, promover o debate. Por fim, afirmou que, mais uma vez, a bancada está sendo colocada à prova em relação a matérias dessa natureza,



reafirmando seu posicionamento favorável a pedidos de informação e retomando a discussão anterior para destacar que aquela matéria não tratava de solicitação de informações, mas sim de convocação de servidor. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 8: Requerimento nº 021/2026, da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando providências na Infraestrutura do município. Após a leitura da matéria, a vereadora Professora Ana Maria apresentou a justificativa de sua propositura, registrando que a iniciativa se fundamenta na necessidade de garantir acessibilidade, mobilidade urbana e inclusão social, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que utilizam diariamente as vias e espaços públicos. Destacou que a acessibilidade é um direito assegurado pela Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para sua promoção. No âmbito municipal, mencionou a Lei nº 974/2025, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, reforçando, segundo ela, o compromisso do município com a inclusão, a igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras físicas que dificultam a plena participação dessas pessoas na sociedade. Dessa forma, afirmou que a adoção das medidas solicitadas representa não apenas melhoria na infraestrutura urbana, mas também o cumprimento da legislação vigente e o fortalecimento das políticas públicas de inclusão e acessibilidade no município. Ao final, ressaltou a importância do requerimento por contribuir para reduzir as dificuldades de acesso enfrentadas por quem necessita, destacando que a proposta surgiu a partir de conversa com Vanderley, representante de associação, que relatou as dificuldades vivenciadas por ele e por outras pessoas com deficiência no dia a dia da cidade Acrescentou que ele também informou já ter tratado do assunto com o secretário de infraestrutura, inclusive abordando a questão do asfalto, mencionado que as ruas asfaltando ajudarão na melhoria dessa situação. A vereadora registrou ainda que também dialogou com o referido secretário, o qual lhe relatou as dificuldades enfrentadas pela gestão para solucionar esses problemas. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 9: Requerimento nº 022/2026, do Vereador Paulo Geaneo, solicitando que todos os veículos que integram a frota do município de Altaneira-CE sejam devidamente adesivados. Após a leitura da matéria, o vereador Paulo Geaneo registrou que o requerimento tem como objetivo “saber o que tem” na frota de veículos do município de Altaneira. Lembrou que, no dia 18 (dezoito) de dezembro, havia diversos veículos novos em frente à prefeitura, adquiridos com recursos do próprio município, conforme observou em vídeo. Destacou que, anteriormente, tanto os veículos alugados quanto os pertencentes ao município eram, em sua maioria, adesivados. Contudo, informou que, desde o mês de novembro, os veículos que possuíam adesivos tiveram essa identificação retirada em razão do encerramento de contrato, e que os novos veículos ainda não receberam adesivação, incluindo ambulância. Relatou que, na semana passada, ao observar veículos de outros municípios enquanto estava em um estabelecimento local, percebeu que todos estavam devidamente identificados, o que motivou a apresentação da proposição. Acrescentou que a medida também contribui para a divulgação do município, manifestando entendimento de que a iniciativa vem para somar. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato parabenizou o colega pela propositura e afirmou que a adesivação dos veículos públicos não se destina apenas à divulgação do município, mas também atende a uma exigência da legislação de acesso à informação. Destacou que manter toda a frota a serviço do município devidamente identificada não é um favor da gestão, mas uma obrigação, ressaltando, inclusive, que a iniciativa representa uma contribuição da oposição, que poderia, caso entendesse necessário, já ter formalizado denúncia sobre a situação. Afirmou que os veículos devem conter a logomarca do governo e o brasão do município, garantindo sua identificação como bem público, e não como uso privado ou de interesse individual de agentes políticos. Acrescentou que, em outras ocasiões, a ausência de adesivação já foi motivo de cobrança, inclusive em gestões anteriores, pois, segundo ele, essa prática pode permitir o uso dos veículos fora da finalidade pública. Por fim, reiterou seu voto favorável, informando que acompanhará a situação e, caso a adesivação não seja realizada, buscará os meios legais para assegurar o cumprimento da

Ana Maria

Paulo Geaneo

Nonato

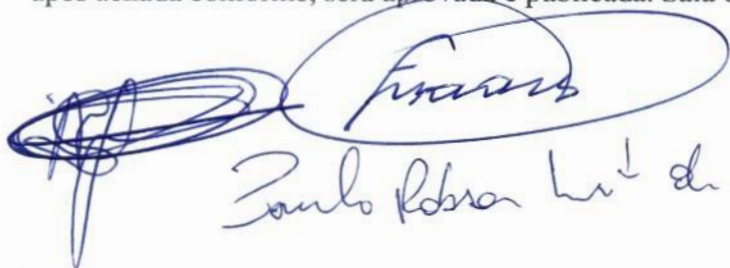
[Signature]

[Signature]

Ana Maria



norma. O vereador Júnior do Povo registrou acreditar que a gestão nem sabe exatamente quantos carros tem alugados. Afirmou que o povo está sofrendo e que muitos procuram os vereadores pedindo transporte. Disse que os próprios vereadores também não sabem quais são os veículos do município, desafiando-os a citarem quais são. Relatou que há funcionários que utilizam veículos públicos como se fossem particulares, guardando-os em suas garagens, o que considerou errado, pois os carros são do povo, segundo afirmou. Também afirmou que não é papel dos vereadores estarem se humilhando a secretários para conseguir veículo para atender a população. Disse que essa situação é triste, mas real, e que não começou agora, existindo desde a formação do município. Afirmou também que já ouviu de um secretário da atual gestão a ordem para não atendê-lo, e disse que gostaria de ter um registro disso para apresentar ao Ministério Público, diante da negativa de atendimento enquanto, segundo ele, há veículos guardados em garagens com registros. Afirmou que o povo está sofrendo e que os vereadores irão enfrentar dificuldades quando precisarem pedir votos, enquanto secretários, segundo ele, utilizam carros de luxo adquiridos com recursos públicos. Disse ainda que consultou o portal da transparência, onde identificou uma frota grande registrada em 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), mas sem adesivos. Lembrou que, no início da gestão, antes da contratação de veículos, a prefeita havia adesivado alguns carros, do modelo Fiat Uno, mas que atualmente veículos novos, inclusive de luxo adquiridos recentemente, ainda estão sem identificação, questionando o motivo dessa situação. Afirmou que, enquanto vereadores utilizam recursos próprios para atender a população, o município possui mais de treze veículos alugados. Disse também que há secretários que tratam os veículos como se fossem deles, o que considerou um crime, e que subsecretários também utilizam esses carros, havendo registros de veículos guardados em garagens particulares. Para concluir, afirmou que o povo merece respeito e que os vereadores sabem das dificuldades enfrentadas pela população. Disse ainda que não adianta adesivar os carros se eles não estiverem de fato a serviço do povo, e mencionou que houve locação recente de mais R\$ 2.000.000,00 (de dois milhões de reais) para veículos, informação que, segundo ele, consta no portal da transparência. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Pela ordem, a vereadora Professora Ana Maria registrou seu voto favorável ao Requerimento nº 021/2026, de sua autoria, informando que no momento da votação o seu tablet descarregou. A posteriori, o Presidente deu conhecimento ao recurso apresentado pelo vereador Júnior do Povo, referente a destituição do cargo de relator da Comissão Permanente. Comunicou que a Presidência analisará o recurso e, posteriormente, anunciará a decisão legal, assim como fará a comunicação aos parlamentares. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente Deza Soares agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 16 de março de 2026.


Paulo Roberto Luiz de Oliveira

